

FOME, PRODUÇÃO ALIMENTAR E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Fernando Gaiger Silveira*
Maria Elena Knüppeln de Almeida**

*"Miséria é miséria em qualquer canto,
riquezas são diferentes"*

Titãs

1 - O fenômeno da fome

A problemática da fome deve ser tão antiga quanto o próprio aparecimento do homem sobre o Planeta. A forma como esse problema vem sendo tratado e enfrentado, ao longo da história, permite observar os aspectos subjetivos e ideológicos de cada enfoque.

Thomas Robert Malthus ganhou notoriedade pela forma apocalíptica com que abordou o problema, e, até na década de 60, deste século, a pregação do controle da natalidade sedimentava-se em sua teoria. Economista inglês do século XVIII, publicou, em 1798, **Ensaio Sobre a População**, defendendo a tese de que a população universal aumenta em proporção geométrica, enquanto a produção de alimentos cresce em proporção aritmética. Assim, o aumento demográfico seria sempre maior do que a produção de alimentos, e a fome inevitável.

Com menos notoriedade, mas maior lucidez, o médico brasileiro Josué de Castro (1963; 1950) analisa o problema de um ângulo muito mais abrangente, apesar das limitações, de natureza política, para fazê-lo.

É interessante o que o autor diz no prefácio da 8ª edição de **Geografia da Fome** (1963, p.14)

"O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus da nossa civilização"

Naturalmente, a abordagem que Malthus deu ao problema não foi objeto de nenhuma censura, provavelmente porque tinha o beneplácito dos "poderes constituídos". Esse, a julgar pelo parágrafo extraído do prefácio de **Geografia da Fome**, não foi o caso de Josué de Castro.

* Engenheiro Agrônomo da FEE e mestrando em Sociologia Rural da UFRGS.

** Bacharel em Ciências Sociais e Especialista em Planejamento Econômico da FEE.

O próprio fato de, nos nossos dias, Malthus ser mais conhecido no Brasil do que Josué de Castro é um indicador dos interesses contrariados. Na identificação da causa do fenômeno deve residir a diferença de tratamento.

Ainda no prefácio de **Geografia da Fome**, o autor justifica o fato de considerar "a fome um tabu" e tenta explicar porque isso acontece...

"Foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social — a revolução russa — na qual pereceram dezessete milhões de criaturas, doze milhões das quais de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa.

"Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome. É que ao imperialismo e ao comércio internacional, a serviço do mesmo, interessava que a produção, a distribuição e o consumo de produtos alimentares continuassem indefinidamente a ser tratados como fenômenos econômicos e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública." (Castro, 1963, p.14)

Lastimável é que quase meio século após essas declarações, não obstante todos os avanços tecnológicos, a realidade tenha mudado tão pouco. Embora seja impossível esconder a existência da fome após todo o desenvolvimento dos meios de comunicação, a incidência e a magnitude do problema face à proporção com que ele aparece em "manchetes" permitem constatar o valor dado à manutenção das "aparências". A existência de um fenômeno desabonatório causa impacto bem menor do que a sua divulgação.

Referindo-se a Malthus, Josué de Castro, em **Geopolítica da Fome** (1963, p.28), diz que sua teoria foi apresentada

"(...) na fase em que as primeiras experiências industriais davam a impressão de que a máquina poderia substituir o homem e portanto conviria ir logo diminuindo a fabricação deste, para evitar sua concorrência com as novas máquinas".

Essa foi uma das razões da larga aceitação de sua teoria, principalmente em seu país, berço da industrialização.

"Faltou à teoria de Malthus a necessária base científica" (p.28). Seu grande erro foi considerar o crescimento demográfico como uma variável independente.

Marx, Fourier, Proudhon, Engels e Kautsky denunciaram a inconsistência da teoria malthusiana, e a própria história desmentiu completamente sua previsão.

Segundo Castro (1950, p.20), a menção de tal teoria em nossos dias se vincula ao fato de que em alguns locais do Mundo existem "condições de receptividade coletiva" bastante similares às existentes na Inglaterra de Malthus.

O confronto entre a inconsistência da notória teoria malthusiana e a profundidade e a seriedade analítica da pouco divulgada teoria de Josué de Castro, toda ela comprovada pelos fatos, obriga a registrar pelo menos o reconhecimento ao médico brasileiro pelos ensinamentos legados.

O assunto hoje internacionalmente tratado dispõe de uma bibliografia ponderável, que, por seu conteúdo, reitera os pressupostos existentes na **Geopolítica da Fome**.

Através de um solene compromisso, a Conferência Alimentar de Roma (1974) definiu que

"(...) daqui a 10 anos nenhuma criança deverá se deitar com fome, nenhuma família deverá viver no temor da falta de pão para o dia seguinte e que o futuro e a capacitação de nenhum ser humano poderão ser comprometidos pela má nutrição" (Chonchol, 1987, p.53).

Entretanto, apesar da extraordinária evolução da produção a partir de 1975, o problema da fome, 16 anos depois, não só não foi resolvido como até se agravou, quando se considera a magnitude do contingente hoje atingido pelo flagelo.

A comunidade internacional está longe de encontrar uma solução satisfatória para a problemática.

Jacques Chonchol (1987, p.23) atribui a razão dessa incompetência a diversos elementos, dentre os quais destaca a enorme distância entre as declarações feitas, nos mais diversos níveis, sobre a crise alimentar, o desejo dos governos de resolvê-la e os meios que usam para fazê-lo. "Pode-se desconfiar que um certo número de responsáveis políticos das grandes potências não tem interesse algum em que o problema seja resolvido, na medida em que dele tiram vantagens comerciais e políticas."

Considerando-se que o objetivo maior das estratégias propostas é produtivista (Chonchol, 1987, p.24) e tem sido exitoso sem que o problema se resolva, devem-se buscar outras causas para o problema.

Bertrand Delpeuch (1989, p.21)¹ comprova o insucesso da estratégia adotada quando chama atenção para o fato de que

"(...) a produção alimentar mundial aumenta mais rapidamente que a população. Entretanto, 350 a 500 milhões de pessoas sofrem de subalimentação aguda, e esse número não deve variar muito de hoje até o fim do século. É no sul da Ásia que os famintos são mais numerosos e na África que sua situação se degrada mais. Toda média nacional esconde profundas disparidades. A fome atinge prioritariamente aos que não podem nem produzir nem comprar viveres, mesmo que seus países disponham de alimentos em quantidade suficiente."

Como exemplo do que afirma, Bertrand Delpeuch (1989, p. 23) declara:

"O Brasil faz parte dos países que escolheram desenvolver uma forte capacidade de exportação agrícola. Ele conseguiu ser o 2º exportador agrícola do mundo, porém dois de três brasileiros não se alimentam o suficiente. O nível de produção agrícola não é a causa. O que se precisa observar é a repartição do poder de compra:

" - a concentração de renda aumenta. A metade dos brasileiros, a mais pobre, recebia 17% da renda em 1960 e 13% em 1980" (10,4% em 1989 segundo dados da PNAD);

¹ Todas as citações desse analista são traduções livres dos autores, a fim de facilitar a leitura.

" - a distribuição das terras é desigual. Os grandes proprietários defendem, por meio de armas, seus imensos domínios sub-utilizados, enquanto 10 a 14 milhões de trabalhadores rurais não possuem nenhuma terra para cultivar. Um por cento dos proprietários possui 46% das terras agrícolas;

" - a qualidade do regime alimentar é no Brasil, como em outros países em vias de desenvolvimento, diretamente proporcional à renda. A má nutrição não é tão significativa da falta de pão, mas da falta de ganha-pão. O consumo interno de carne, por exemplo, é voluntariamente freiado para favorecer a exportação e contribuir para o pagamento da dívida externa".

Os exemplos da vinculação da fome à inadequada distribuição de renda (Delpeuch, 1989) não se limitam ao Brasil.

"A Índia é o exemplo de um país que obteve um significativo aumento de sua produção agrícola sem conseguir eliminar a sub-nutrição.

"Por falta de renda as famílias pobres não podem comprar cereais para estocar porque são destinados à exportação." (Delpeuch, 1989, p.23)

É interessante observar que Josué de Castro, em **Geografia da Fome** (Réclus apud Castro, 1963), registra um exemplo similar:

"Nos últimos trinta anos do século passado morreram de inanição, na Índia, mais de vinte milhões de habitantes; só no ano de 1817 pereceram de fome cerca de quatro milhões. E, no entanto, de acordo com a sugestiva observação de Richard Temple, enquanto tantos infelizes morriam de fome, o porto de Calcutá continuava a exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais. Os famintos eram demasiado pobres para comprar o trigo que lhes salvaria a vida".

Voltando aos nossos dias, podem-se citar mais dois exemplos de Bertrand (Delpeuch, 1989, p.23), o último dos quais é surpreendente.

"Na Argentina, grande país agrícola, o número médio de calorias disponíveis por habitante é superior às normais (...) (segundo a FAO a ração energética suficiente é de 2.400 a 2.500 calorias/dia) mas 30% das famílias argentinas não comem de acordo com suas necessidades.

"Dez por cento da população dos Estados Unidos da América não dispõe de uma nutrição suficiente" e, no caso, é importante lembrar que se trata do maior produtor (e exportador) de alimentos do Mundo.

2 - A produção de alimentos

As estatísticas mundiais têm comprovado que as expectativas alarmistas quanto à queda ou à insuficiência da produção em relação à demanda não se confirmaram. Excetuando a redução eventual de safras, como reflexo de problemas climáticos ou medidas de política econômica inadequadas, a produção de alimentos tem aumentado. Esse crescimento é de tal magnitude que, entre 1972 e 1985, foi de quase um terço. Esse fenômeno refletiu-se inclusive nos preços internacionais dos alimentos, que vêm

numa queda quase constante desde 1977, desestimulando, em muitos casos, a produção dirigida para o comércio exterior.

O medo da falta de alimentos induziu o crescimento da produção. Os Estados Unidos da América criaram políticas para subsidiar a produção de alimentos, o Mercado Comum Europeu implementou o mesmo processo e ainda com maior êxito, entretanto os maiores aumentos registraram-se em países que não integram o Primeiro Mundo. Dentre tais países, as expansões mais notáveis ocorreram na Índia, na China e entre os plantadores de arroz do sudoeste da Ásia.

É destacável o fato de que paralelamente ao aumento da produção houve uma considerável redução nas quebras.

Nos anos 50, até 80% da safra de grãos indiana alimentava ratos e insetos por falta de um sistema adequado de armazenagem e transporte. Hoje, tais perdas foram reduzidas a 20%.

Também influiu no aumento da produção mundial de alimentos a incorporação de áreas antes consideradas estéreis.

No caso brasileiro, a discussão acerca da subalimentação da grande maioria da população e, tendo em vista o lado da oferta, da produção alimentar teve início nas décadas de 40 e 50 — como se salientou —, nas lúcidas interpretações de Josué de Castro. Acredita-se, todavia, ser ainda mais instigador verificar esse aspecto da questão da fome nos últimos 30 anos. Isso se deve, de uma parte, às profundas transformações ocorridas no setor agrícola a partir de meados dos anos 60. Essas mudanças significaram, entre outros fenômenos, a modernização da comercialização dos produtos primários, com a conseqüente diminuição da importância do capital mercantil-usurário, a consolidação de indústrias processadoras de alimentos e matérias-primas — apresentando novos patamares técnico-econômicos — e a melhoria nos rendimentos físicos das culturas através da utilização de inovações tecnológicas. De outra parte, é nessa fase que os sinais se invertem, quanto ao domicílio e à ocupação da população, entre os meios rural e urbano. Ou seja, assiste-se, com o crescimento da migração rural-urbana, associado à preservação de altas taxas de natalidade, a um vertiginoso crescimento das cidades. Conseqüentemente, há a necessidade de se fornecer alimentos em maiores quantidades a essa "nova" população cidadina.

As mudanças que sumariamente foram apontadas são responsáveis pelo atual quadro no que se refere à produção alimentar.

Em meados dos anos 70, após a maturação das iniciativas governamentais de modernização da agricultura, produziu-se uma variedade de trabalhos de pesquisa a respeito da produção de alimentos, sendo dessa época, também, o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) do IBGE.

Os estudos sobre o período anterior, isto é, as décadas de 40 e 50, indicavam um desempenho satisfatório da oferta alimentar por intermédio, principalmente, da constante ampliação da área cultivada. Salientavam, inclusive, a importância assumida pelas exportações, especialmente do café, na mobilização de excedentes para o processo de industrialização via substituição de importações. As taxas cambiais supervalorizadas jogaram um papel fundamental nesse processo de financiamento da industrialização. Contudo, há que se considerar as crises no abastecimento alimentar vivenciadas nas cidades, no início dos anos 50 e 60. Portanto, verifica-se uma avaliação demasiadamente positiva do modelo de crescimento extensivo da agricultura. Como afirma Goodmann (1986):

"As tensões inerentes a este modelo tornaram-se bem claras em começos da década de 70, quando as relações de troca da agricultura melhoraram substancialmente, e o aumento dos preços reais dos alimentos surgiu como fator importante no recrudescimento da inflação." (p.124)

Os governos militares imprimiram políticas objetivando incrementar a produtividade agrícola através do crédito rural e de sua contrapartida, o uso de fertilizantes, máquinas, sementes melhoradas, defensivos, etc. Percebendo o "esgotamento" do modelo extensivo de crescimento da produção agrícola e avessos a lançar mão do receituário, via reforma agrária, apregoados pelos economistas estruturalistas e marxistas, optaram pela via da chamada modernização conservadora.

No entanto a produção alimentar na década de 70 mostrava-se estagnada, sendo que os cultivos de feijão e mandioca apresentavam quedas não só na produção "per capita", como, inclusive, na total (Gráficos 1 e 2). Na Tabela 1, em seqüência, constam os totais produzidos pela agricultura dos principais alimentos e da soja.

GRÁFICO 1

**PRODUÇÃO "PER CAPITA" DE ARROZ, MANDIOCA, MILHO E SOJA
NO BRASIL — 1973/91**

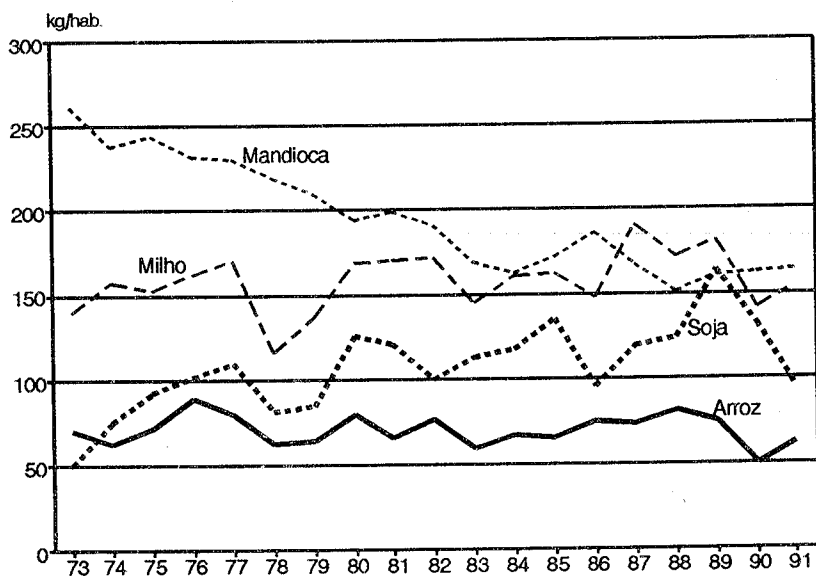
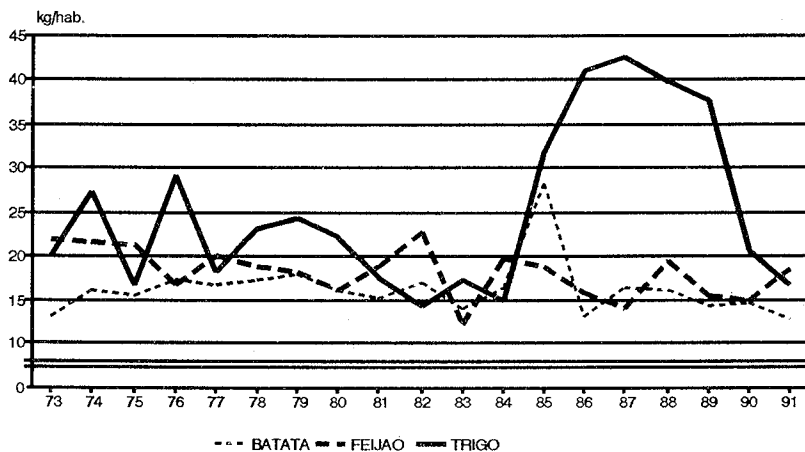


GRÁFICO 2

PRODUÇÃO "PER CAPITA" DE BATATA, FEIJÃO E TRIGO NO BRASIL — 1973/91



FONTE: IBGE.

Tabela 1

Produção física dos principais produtos agrícolas no Brasil — 1973/91

(t)

ANOS	ARROZ	BATATA-INGLESA	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	TRIGO
1973	7 160 127	1 336 880	2 230 928	26 528 305	14 185 877	5 011 614	2 031 338
1974	6 483 000	1 672 508	2 238 000	24 714 631	16 285 000	7 876 000	2 858 000
1975	7 781 538	1 654 767	2 282 466	26 117 614	16 334 516	9 893 008	1 788 180
1976	9 757 079	1 897 518	1 840 315	25 443 053	17 751 077	11 227 123	3 215 745
1977	8 993 696	1 896 311	2 290 007	25 929 484	19 255 936	12 513 406	2 066 039
1978	7 296 142	2 013 882	2 193 977	25 459 408	13 569 401	9 540 577	2 690 888
1979	7 595 214	2 154 173	2 186 343	24 962 191	16 306 380	10 240 306	2 926 764
1980	9 775 720	1 939 537	1 968 165	23 465 649	20 372 072	15 155 804	2 701 613
1981	8 228 326	1 912 169	2 340 947	24 516 360	21 116 908	15 007 367	2 209 631
1982	9 734 553	2 154 775	2 902 657	24 072 320	21 842 477	12 836 047	1 826 945
1983	7 741 753	1 826 579	1 580 546	21 847 892	18 731 216	14 582 347	2 236 700
1984	9 027 363	2 171 133	2 625 676	21 466 222	21 164 138	15 540 792	1 983 157
1985	9 024 555	3 821 292	2 548 738	23 124 782	22 018 180	18 278 585	4 320 267
1986	10 374 030	1 835 975	2 209 188	25 620 600	20 530 960	13 330 225	5 689 680
1987	10 419 029	2 330 817	2 007 230	23 464 484	26 802 769	16 968 827	6 034 586
1988	11 809 467	2 314 992	2 808 639	21 673 849	24 748 036	18 016 170	5 737 971
1989	11 044 453	2 132 286	2 310 546	23 668 473	26 572 592	24 071 360	5 552 841
1990	7 418 527	2 219 097	2 233 139	24 284 704	21 339 439	19 887 642	3 093 780
1991 (1)	9 527 788	1 988 007	2 834 718	25 108 444	23 638 907	14 549 405	2 547 754

FONTE: IBGE.
CEPAGRO

(1) Dados de junho de 1991.

Os trabalhos de Fernando Homem de Melo (Melo, 1979; 1983a; 1983) e de José Roberto Mendonça de Barros (Barros & Graham, 1978) salientavam o sofrível desempenho da oferta alimentar no período 1965-79, inscrevendo nos debates acadêmicos e políticos o que se chamou "problema da produção de alimentos".

Tais autores, que concordavam quanto à análise do desempenho da oferta alimentar, apresentavam algumas diferenças de enfoque quanto à vinculação da oferta de alimentos com as necessidades do desenvolvimento de nossa economia, uma vez que esses produtos (domésticos-alimentares) se encontravam numa situação de inferioridade em relação àqueles destinados prioritariamente ao mercado exterior. Convém frisar que essa divisão, ou, nas palavras de Mendonça de Barros & Graham (Barros & Graham, 1978), a segmentação da agricultura brasileira em produtos domésticos e internacionais, não era definida a partir da destinação do produto, mas dos diferentes processos de formação de preços. Nesse sentido, os autores afirmavam que a soja, cultura de exportação por excelência, tinha no subproduto óleo um importante produto de consumo interno.

Explicitando melhor, as culturas de exportação apresentavam melhores preços (Barros & Graham, 1978) ou mercados mais estáveis (Melo, 1979; 1983), maior acervo de tecnologias² e incentivos governamentais, significando menores riscos na sua produção e melhores taxas de retorno. Conclui-se que essa situação privilegiada dos exportáveis "vis-à-vis" os alimentares implicava uma maior competitividade no mercado de fatores (terra e capital).

Duas das causas discriminadas anteriormente eram consensuais entre os autores e consideradas determinantes nessa superioridade das culturas de exportação: primeira, os incentivos às exportações implementadas pelo Governo (isenções fiscais, crédito a taxas preferenciais e a implementação em 1968 de mudanças na política cambial, com a introdução do sistema de minidesvalorizações) associados aos bons níveis nos preços internacionais, especialmente da soja, nos períodos 1968-73 e 1976-77; segunda, o direcionamento dos maiores esforços empreendidos pelo setor público de pesquisa para as culturas de exportação (salvo os casos do arroz irrigado no Rio Grande do Sul e do milho em São Paulo) e, portanto, a maior disponibilidade de inovações tecnológicas agropecuárias para os produtos voltados ao comércio exterior.

A questão dos preços é que apresenta algumas divergências, se assim se pode considerar. Mendonça de Barros & Graham (Barros & Graham, 1978) colocam a questão em termos dos níveis pouco compensatórios dos preços dos produtos domésticos em relação aos produtos de exportação, sublinhando o maior controle de preços praticado pelo Governo através de tabelamentos e de outras intervenções nos preços dos cultivos alimentares e a maior liberdade dos preços dos exportáveis. Homem de Melo (Melo, 1983) privilegia o prisma do risco e da rentabilidade — o comportamento dos preços dos cultivos doméstico-alimentares não apresenta um horizonte previsível, gerando, portanto, um grande grau de incerteza quanto aos possíveis retornos. Rezen-de (1986, p.64-7) resume com grande propriedade tais análises e afirma:

² O trabalho de Homem de Melo, F. (Melo, 1983) avalia minuciosamente a questão dos desequilíbrios tecnológicos entre produtos e regiões-estados.

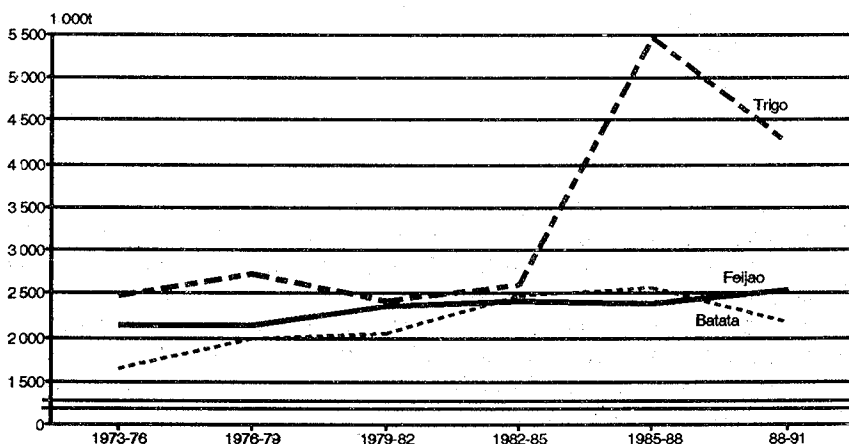
"Conquanto esses autores (Mendonça de Barros & Graham) afirmem que (...) 'o retorno de investimentos em modernização foi maior nas culturas de exportação e o risco menor (p.171)', a tônica de seu trabalho, contudo, parece atribuir à intervenção governamental o resultado de um achatamento do nível de preços (e de taxas de retorno) no subsetor doméstico" (p.66).

As perspectivas que se vislumbravam para a década de 80 eram pessimistas, pois, com a elevação dos juros internacionais e o segundo choque do petróleo, a necessidade de incrementar, ainda mais, as exportações indicava uma potencialização do quadro observado nos anos 70.

Os trabalhos realizados por Gervásio Castro Rezende (1988; 1989) mostraram que o ajustamento externo e a crise dos anos 80 acompanhados de uma política mais agressiva do Governo quanto aos preços mínimos não corroboraram as expectativas de piora na oferta alimentar. Inversamente, assistiu-se a uma dinamização da produção de alimentos, chegando, inclusive, às supersafras de 1987/88 e de 1988/89. Os Gráficos 3 e 4 apresentados a seguir ilustram a reação das culturas alimentares, que se apresentavam estagnadas na década de 70.

GRÁFICO 3

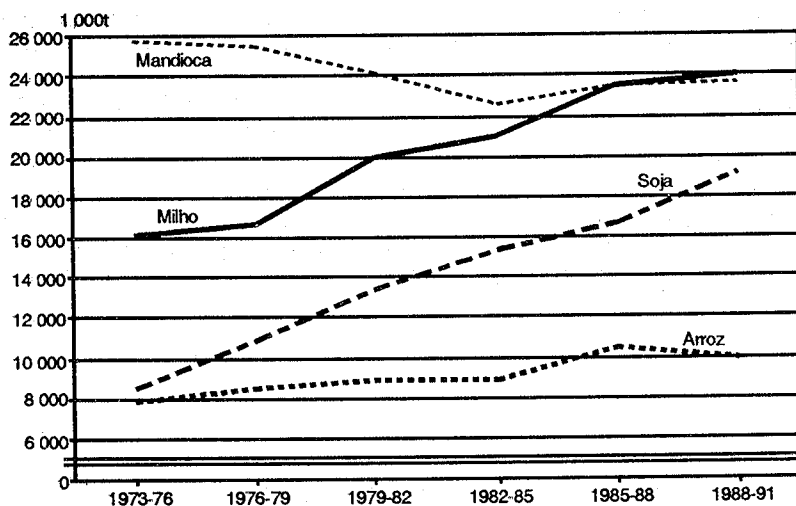
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ARROZ, BATATA, FEIJÃO E TRIGO — 1973/91



FONTE: ISPA.
CEPAGRO.
IBGE.

GRÁFICO 4

**PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANDIOCA, MILHO,
SOJA E ARROZ — 1973/91**



FONTE: ISPA.
CEPAGRO.
IBGE.

Rezende, no trabalho acima citado, sabiamente interpreta a estranha relação existente entre crescimento econômico e oferta alimentar no caso brasileiro, concluindo que estes apresentam sinais opostos. Esse autor insere no debate um aspecto comumente esquecido nessas análises, qual seja: a importante relação entre o crescimento econômico, as oportunidades de trabalho no meio urbano e seu previsível resultado, aumento nas possibilidades de auferir melhores rendimentos no meio urbano "vis-à-vis" aos percebidos pela mão de obra familiar, predominante em nossa agricultura voltada para o cultivo de alimentos.

"Em síntese, nossa hipótese é que a retomada do crescimento econômico em 1968, além de ter trazido forte aumento na demanda interna de alimentos, causou uma elevação dramática na renda alternativa que pequenos produtores agrícolas poderiam obter nos mercados de trabalho urbano e rural. Dada a elevada participação dessa pequena

produção na oferta de alguns dos mais importantes alimentos básicos, e na falta de progresso técnico nessas atividades, o resultado foi uma tendência à elevação do custo unitário na produção alimentar (puxado pela elevação do item relativo à mão-de-obra), pressionando os preços." (Rezende, 1986 p. 78)

Tal elevação de preços não "chegou" à produção por duas razões, no entender do autor. De uma parte, e em consonância com as observações de Homem de Melo, em função da alta instabilidade das taxas de retorno das atividades destinadas ao mercado interno e das ótimas condições prevalecentes no mercado de exportáveis. De outra, o " (...) custo de produção de alimentos, (...) sofreu forte elevação (...)", em consonância com a integração dos mercados de trabalho rural e urbano que se observou nos anos 70 (a figura do bóia-fria é um exemplo ímpar desse fenômeno), principalmente nas pequenas propriedades.

Logo, o autor finalizava seu artigo prevendo um bom desempenho da oferta alimentar, resultado das menores oportunidades de trabalho nas cidades e do menor crescimento da demanda.

Além dos fatores mencionados, nos anos 80, dois outros fatores foram fundamentais na melhoria da oferta de alimentos (obviamente, quando relacionada aos demais setores da economia). Primeiro, a queda constante dos preços das "commodities" agrícolas nos mercados internacionais; segundo, a Política Geral de Preços Mínimos, que garantia horizontes mais claros aos produtores ao indexar seus valores até o início da safra e em níveis próximos aos preços de mercado (Rezende, 1988; 1989).

Mas essa melhora na oferta alimentar, na década de 80, teve uma contrapartida no que diz respeito ao tema, a fome? A resposta, mesmo que de conhecimento público, deve ser sempre lembrada: **Não**. Mesmo porque tal melhora é causa da própria queda na demanda alimentar resultante da perda de participação dos salários no produto da economia que se assistiu nitidamente na década.

Como se pode observar, apesar do crescimento da "oferta de alimentos" no Mundo, a produção de alimentos — problema que precisa ser enfrentado politicamente — ainda deve ser seriamente considerado.

Não basta, porém, produzir se os consumidores não têm acesso, face ao seu minguado poder aquisitivo, à oferta de alimentos...

Dessa forma, em se tratando de fome, é imperativo analisar a distribuição de renda.

3 - A distribuição de renda

A renda é um dos principais, senão o mais importante dos fatores que afetam o consumo alimentar. É possível constatar que mesmo sem substanciais aumentos na produção, caso a distribuição de renda fosse mais igualitária, a subalimentação não seria tão expressiva.

De outra parte, o baixo poder aquisitivo da população e a má distribuição da riqueza impedem o desenvolvimento técnico-econômico do setor produtor de cultivos doméstico-alimentares, uma vez que os estímulos via preços requerem que os consu-

midores percebam rendimentos que lhes permitam arcar com essa elevação de preços. Portanto, tal receituário é impossível com os atuais níveis de renda da maior parte da população. Como afirma Martine & Garcia (1987, p.93):

"A baixa capacidade aquisitiva da grande maioria da população tem sido o principal obstáculo ao desenvolvimento da agricultura capitalista de alimentos. Se os preços fossem estimuladores, já teria acontecido essa transformação e já teriam sido resolvidos os atrasos tecnológicos".

"Em 1975, menos de um terço da população mundial dos países socialistas e capitalistas desenvolvidos dispunha de quase dois terços do consumo mundial de alimentos, e 72% da população do 3º Mundo, socialista ou capitalista, consumia pouco mais de um terço." (Chonchol, 1987, p.43)

As estimativas da FAO para a América Latina são indicativas de que a metade (50%) da população latino-americana, detentora de 14% do produto regional bruto, se encontrava, no início dos anos 70, em situação de subconsumo alimentar em relação às necessidades mínimas.

O Brasil, maior país da América Latina, segundo estudo do Banco Mundial (1979), tinha, em 1975, 67% de seus habitantes consumindo uma alimentação deficitária em proteínas. A maioria dos mal nutridos encontrava-se entre os mais pobres da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira vivenciou na década de 60 uma piora na distribuição de sua renda, a qual já não se mostrava em padrões razoáveis. Com a publicação dos números a respeito da mão-de-obra e seus rendimentos no Censo de 70, uma enorme variedade de trabalhos foi publicada, inclusive o clássico **A Controvérsia Sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Nessa época, início dos anos 70, proliferou a perversa análise do então Ministro Delfin Netto, que afirmava ser necessário primeiro fazer crescer o bolo para, posteriormente, reparti-lo.

Durante a década de 70, a distribuição da renda continuou a se concentrar, mas em magnitudes menores, chegando, inclusive, a desconcentrar-se um pouco no período 1976-81. Vejam-se os números apresentados por Bonelli & Sedlacek (1991, p.57): "O índice de concentração de Gini para os indivíduos com rendimento passa de 0,497 em 1960 para 0,565 em 1970 e para 0,590 em 1980." Utilizando-se dos dados das PNADs de 1976, 1979 e 1981, os autores apresentam os seguintes números: 0,589, 0,574 e 0,562 respectivamente.

Para a década de 80, ou melhor, entre os anos de 1983 e 1989, os autores sublinham que a tendência otimista, que se visualizava, de queda do índice de Gini entre fins dos anos 70 e o início dos anos 80 não ocorreu. De fato, houve um agravamento na concentração da renda, salvo a melhora observada no ano de 1986, estreitamente relacionada ao "modelo redistributivista" do Plano Cruzado.

"É possível portanto especular no sentido de que notamos neste texto, novamente, evidências de ruptura na relação histórica entre crescimento econômico e concentração de renda no Brasil." (Bonelli & Sedlacek, p.64)

Explicitando melhor, entre 1983 e 1985, período de recuperação, vê-se, a exemplo do ocorrido nas décadas de 60 e 70, um incremento na renda média concomitantemente a uma concentração da renda. No segundo período, 1985-89, ocorre um aumento da concentração da renda com uma estagnação do rendimento médio, tendo o índice de Gini de 1989 o valor de 0,635, índice jamais observado na história do País.

No que diz respeito à evolução da percentagem de renda percebida pelos estratos ricos, a edição de 22.11.91 do DCI (p.7) apresenta os seguintes números: em 1981, os 10% mais ricos brasileiros detinham 46,6% da renda e, em 1989, passaram a se apropriar de 53,2%. Para 1% dos mais ricos, o acréscimo na renda foi ainda mais significativo. A parcela da renda que em 1981 ficava com eles era de 13%, passando para 17,3% em 1989.

Em contrapartida, a parcela da renda dos mais pobres, naturalmente, diminuiu. Os 20% mais pobres, que em 1981 ficavam com 2,7% da renda, passaram em 1989 a deter apenas 2%, e os 50% mais pobres, metade da população brasileira, com 13,4% da renda em 1981, no último ano observado estavam com apenas 10,4%.

A concentração da renda, que normalmente exerce uma influência determinante no consumo alimentar, é agravada pelas variações anuais da renda resultantes do problema inflacionário.

O salário mínimo instituído em maio de 1940 por Getúlio Vargas como o mínimo necessário para a reprodução de um trabalhador e sua família deverá atingir, em dezembro de 1991 (caso não se tomem urgentes providências), 20% do que valia na época em que foi criado.

Na agricultura brasileira, a distribuição da renda apresenta, também, uma concentração elevada, tendo profunda relação com a alta concentração da distribuição da posse e propriedade da terra. Resumindo as interpretações de Hoffmann (1991), no que se referem à análise dos Censos de 70 e 80, acerca da distribuição da renda na agricultura, têm-se:

- na década de 70 ocorreu um forte crescimento da desigualdade da distribuição da renda na agricultura, com os 50% mais pobres, que recebiam 15,8% da renda em 1970, passando a ficar com 12,2% em 1980, os 10% mais ricos passando de 38,4% (1970) para 51,0% (1980), e o índice de Gini, de 0,532 para 0,622;

- o aumento da desigualdade, na década de 70, aconteceu em todas as regiões do País, sendo, inclusive, maior nas regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste).

Esse mesmo autor, analisando as PNADs (pessoas ocupadas com atividade principal na agricultura) no período 1979-87 e o Censo de 1980, conclui que:

- é alta a proporção de pessoas ocupadas que não obtêm rendimentos, principalmente na Região Sul (44,7% em 1987). Tal dado ilustra a importância da mão-de-obra familiar nessa região;

- há uma estabilidade no grau de desigualdade no período 1979-82. O índice de Gini próximo de 0,66, a renda auferida pelos 50% mais pobres em torno de 7% e pelos 10% mais ricos de quase 50%;

- é visível o crescimento da concentração da renda a partir de 1983, salvo no ano de 1986, quando ocorreu, também, um incremento na absorção da renda pelos 50% mais pobres. O índice de Gini alcança a marca de 0,682, a renda percebida pelos 50% mais pobres fica abaixo de 7% e a dos 10% mais ricos atinge 53%.

A situação da distribuição da renda no Rio Grande do Sul, na década de 80, é ilustrada na Tabela 2, construída através das PNADs, para as pessoas ocupadas na economia como um todo e na agricultura em particular.

Tabela 2

Índice de Gini, percentis, rendimento mediano e médio do total das pessoas ocupadas e das ocupadas na agricultura no RS — 1981-88

ESTATÍSTICA	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Total								
% dos sem rendimentos	19,27	17,28	17,19	16,19	16,00	14,51	13,68	12,93
Índice de Gini								
Excluindo os sem rendimento	0,532	0,543	0,547	0,547	0,556	0,549	0,550	0,568
Incluindo os sem rendimento	0,623	0,622	0,625	0,620	0,627	0,615	0,612	0,624
50% mais pobres	16,40	15,90	15,50	15,20	14,70	15,00	15,10	14,40
10% mais ricos	42,50	43,40	43,90	43,20	43,80	43,50	43,70	45,60
5% mais ricos	30,40	31,20	31,40	30,70	31,10	30,90	31,10	32,50
Rendimento médio (sm)	3,07	2,84	3,29	3,46	3,59	3,79	3,67	3,48
Mediana (sm)	1,76	1,60	1,79	1,88	1,90	2,07	1,98	1,78
Agrícola								
% dos sem rendimentos	50,15	47,90	46,46	44,72	45,29	43,31	44,67	41,92
Índice de Gini								
Excluindo os sem rendimento	0,543	0,522	0,542	0,540	0,540	0,559	0,545	0,528
Incluindo os sem rendimento	0,772	0,751	0,755	0,746	0,748	0,750	0,748	0,726
50% mais pobres	2,00	16,90	15,80	15,80	15,90	14,50	15,90	16,90
10% mais ricos	43,50	41,20	43,30	42,90	42,90	44,00	43,70	42,30
5% mais ricos	31,80	29,30	31,50	30,60	30,50	33,40	31,60	30,80
Rendimento médio (sm)	2,37	1,99	2,48	2,86	2,88	3,37	2,63	2,15
Mediana (sm)	1,36	1,12	1,39	1,61	1,61	1,81	1,51	1,27

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/1988; Rio Grande do Sul (1982/1989). Rio de Janeiro, IBGE.

Há que se fazer algumas considerações acerca dos dados apresentados na Tabela 2. Em primeiro lugar, verifica-se uma similaridade nas magnitudes dos índices de Gini referentes à distribuição da renda do total das pessoas ocupadas e daquelas com atividade na agricultura. Disso pode-se concluir a enorme importância do setor agrícola na economia gaúcha. A diferença entre o índice de Gini total e o agrícola, na década de 80, está na tendência ascendente do primeiro em relação à extrema instabilidade do segundo. Em 1986, observa-se uma situação ímpar no comportamento do índice de Gini, uma vez que, enquanto o índice referente ao total das pessoas ocupadas segue a tendência declinante observada no Brasil, ele sobe no setor agrícola.³

Em segundo, observa-se uma diminuição significativa nas pessoas ocupadas que não percebem rendimentos do trabalho no total da economia gaúcha e na agricultura. Deve-se, no entanto, salientar que a queda no total da economia deve-se, principalmente, à observada na agricultura, pois sua magnitude é extremamente elevada.

Em terceiro lugar, vê-se que o rendimento médio apresenta uma tendência ascendente até o ano de 1986, apresentando uma diminuição significativa no ano de 1988, tanto no total da economia quanto no meio rural.⁴

³ A elevação da concentração da renda na agricultura gaúcha, em 1986, deve ser melhor analisada. Tal aumento do índice de Gini pode ter relação com os maiores ganhos conseguidos pelos pecuaristas e outros agricultores que conseguiram vencer o congelamento, havendo, também, a possibilidade de ser consequência da maior capacitação de crédito pelos maiores produtores.

⁴ O rendimento médio das pessoas ocupadas na agricultura gaúcha é aproximadamente duas vezes superior ao observado no setor agrícola brasileiro.

Os responsáveis pelo agravamento do problema parecem não se conscientizar de todas as suas conseqüências. Além de ser o maior obstáculo para o desenvolvimento econômico, a desnutrição, ao facilitar a proliferação de doenças e distúrbios da capacidade física e mental, reduz a esperança de vida e o potencial produtivo do indivíduo.

Por outro lado, sendo o instinto de sobrevivência um dos mais nítidos na espécie humana, as manifestações sociais de inconformidade tendem a proliferar...

Os motins da fome começaram a se registrar com maior freqüência nos anos 80 (Chonchol, p.47). Na Tunísia, em 1984, um protesto contra o acréscimo do preço do pão, que terminou com a manutenção do preço anterior, deixou como saldo 89 mortos e 938 feridos... No mesmo ano, por razões similares, registraram-se motins em São Domingos, na República Dominicana (abril), e Gonaives e Cabo Haitiano, no Haiti (maio), além de em outras regiões do Mundo...

Em 1985, atendendo exigências do FMI, que se preocupava com uma dívida de US\$ 9 bilhões (nove bilhões de dólares), o Gal. Nemery, no Sudão, aumentou os preços dos bens de primeira necessidade. Estouraram manifestações com inúmeras vítimas e, aproveitando-se de uma viagem do General aos EUA, o exército assumiu o poder.

Talvez tais reflexos da fome sejam os mais capazes de sensibilizar os "capacitados a decidir", já que, pelo que se pode observar, morte, doenças, distúrbios na capacidade física e mental dos indivíduos, redução da expectativa de vida e do potencial produtivo dificilmente são considerados quando do édito de políticas econômicas que, pelo seu teor, tendem a pauperizar consideráveis parcelas da população.

Concluindo, acredita-se que o problema da fome tem como principal causa a má distribuição da renda. No entanto, se se distribuísse equitativamente toda a riqueza nacional, a situação alimentar da população iria melhorar, sem significar, contudo, um aumento muito superior ao do limite das necessidades alimentares básicas. Ou seja, é preciso que, conjuntamente a uma distribuição da riqueza, ocorra um crescimento global da riqueza gerada. Além disso, deve-se considerar a necessidade de uma política agrícola que responda satisfatoriamente aos possíveis incrementos da demanda alimentar, evitando estrangulamentos do lado da oferta e, conseqüentemente, o encarecimento dos alimentos.

Bibliografia

- BANCO MUNDIAL (1979). Relatório especial sobre a situação humana no Brasil. (s.l.).
- BARROS, José Mendonça de & GRAHAM, Douglas H. (1978). A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 8(3):695-726, dez.
- BONELLI, Régis & SEDLACEK, Guilherme (1991). A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fábio, org. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, Josué (1963). **Geografia da fome**. 8.ed. São Paulo, Brasiliense. v.1. (1ª edição 1946).
- ____ (1950). **Geopolítica da fome**. (s.l.), Casa do Estudante.

- CHONCHOL, Jacques (1987). O desafio alimentar: a fome no mundo. (s.l.), Librairie Larousse/Marco Zero. (1ª edição 1989).
- DELPEUCH, Bertrand (1989). **L'enjeu alimentaire nord-sud - 56 schémas pour comprendre: alternatives économiques.** Paris, Syros Solagral.
- DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA (22.11.91). São Paulo. p.7.
- GOODMAN, David (1986). Economia e sociedades rurais a partir de 1945. In: BACHA, Edmar & KLEIN, Herbert S., org. **A transição incompleta: Brasil desde 1945.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. (População, Emprego, Agricultura e Urbanização, 1).
- HOFFMANN, Rodolfo (1991). Distribuição da renda na agricultura. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fábio, org. **Distribuição de renda no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ____ (1990). Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme C. et alii, org. **A agricultura e políticas públicas.** Brasília, IPEA. (Série IPEA, 127).
- MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo C. (1987). A modernização agrícola e a panela do povo. In: ____, org. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo, Caetés.
- MELO, Fernando Homem de (1983). Instabilidade de renda e estabilização de preços agrícolas. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 13(3):829-62, dez.
- ____ (1979). Padrões de instabilidade entre culturas da agricultura brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 9(3):819-44, dez.
- ____ (1983a). **O problema alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/1988; Rio Grande do Sul (1982/1989). Rio de Janeiro, IBGE.
- REZENDE, Gervásio C. de (1989). Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, 19(3):553-78, dez.
- ____ (1988). Ajuste externo e agricultura no Brasil, 1981-86. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 42(2):101-37, abr./jun.
- ____ (1986). Crescimento econômico e oferta de alimentos no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 6(1):64-81, jan./abr.
- ROBERT, Lekachman (1973). **História das idéias econômicas.** (s.l.), Bloch. pt.2. p.129.